

A noção de adaptabilidade ao meio no discurso modernista

Telma de Barros Correia

Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC - USP

e-mail: tcorreia@sc.usp.br

De forma recorrente ao longo do século XX a arquitetura moderna brasileira tem surgido na voz de historiadores de arquitetura e de arquitetos, como tendo entre suas qualidades e particularidades fundamentais sua adaptabilidade ao meio. No Brasil, a preocupação com a adaptação da arquitetura às condições locais já se fazia presente no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, quando se torna, inclusive, um dos eixos de fundamentação da arquitetura neocolonial. Vinculado ao movimento neocolonial na década de 1920 e principal ideólogo do Movimento Moderno no Brasil, após 1930, o arquiteto Lucio Costa lançou as bases do discurso modernista sobre a compatibilidade desta arquitetura com as demandas adaptação ao meio. Este texto discute, a gênese e a difusão da noção de adaptabilidade da arquitetura às condições locais no Brasil, bem como a forma como esta noção se reflete na produção de arquitetos nacionais.

Palavras-chave: adaptabilidade; arquitetura moderna; meio tropical.

During the XXth century, brazilian modern architecture has appeared in the writings of architectural historians and architects, with its adaptability to the environment frequently cited among its basic particularities and qualities. In Brazil, the concern with the adaptation of the architecture to the local conditions had already appeared in the century XIX and in the first decades of the XXth century, when it also became one of the justifications of neocolonial architecture. With his roots in the neocolonial movement in the decade of 1920, the main ideologist of the Modern Movement in Brazil, after 1930, the architect Lucio Costa launched the bases of the modernist discourse on the compatibility of this architecture with the demands of adaptation to the environment. This text discusses the origin and the diffusion of the notion of adaptability of the architecture to local conditions in Brazil, and also the way in which this notion was reflected in the actual production of many national architects.

1. O conceito da adaptabilidade da arquitetura brasileira ao meio em falas anteriores aos modernistas

Ao longo do século XX a arquitetura moderna brasileira tem sido apresentada de forma recorrente por historiadores de arquitetura e arquitetos como tendo entre suas qualidades e particularidades fundamentais sua adaptabilidade ao meio. A repetição do argumento acaba por sugerir um monopólio modernista sobre esta qualidade. Entretanto, a idéia de adaptabilidade da arquitetura ao clima dos trópicos esteve longe de ser um tema do debate arquitetônico restrito ao século XX, muito menos uma preocupação específica de arquitetos modernistas. Este texto discute, a gênese e a difusão da noção de adaptabilidade da arquitetura às condições locais no Brasil, bem como a forma como esta noção se reflete na produção de alguns arquitetos nacionais.

No Brasil, a adaptação da arquitetura ao clima tropical preocupou médicos, engenheiros e arquitetos desde o século XIX. Segundo Gilberto Freyre,

“Foi talvez Debret quem primeiro fez justiça aos jesuítas portugueses que levantaram, num Brasil ainda rude e cheio de mato, edifícios urbanos nobres e até monumentais, importando para alguns, de Lisboa, materiais talhados e numerados, mas, em geral, respeitando “judiciosamente as exigências do clima e dos materiais existentes no país” (Freyre, 1997, 225).

Em meados do século XIX, o tema da adaptabilidade da arquitetura ao meio também preocupava o Diretor e Professor da Academia Real de Belas Artes do Rio de Janeiro, Manuel de Araújo Porto Alegre. Refletindo acerca das questões que julgava serem fundamentais para se pensar o ensino e a prática de arquitetura no país indagava “se as construções urbanas estão em harmonia com o nosso clima e vida doméstica?” (MOTTA, 1978, 23).

O clima quente e úmido do Recife provavelmente contribuiu para converter a questão da adequação da arquitetura ao ambiente em um tema constante no século XX. O engenheiro Alde Sampaio, no artigo “A Casa Tropical”, de 1927, sublinhava a necessidade de adaptação da habitação ao clima e definia como princípios básicos que, no seu entender, deveriam orientar as construções neste sentido, a proteção contra o sol e a garantia de ventilação. A orientação do prédio, sua forma arquitetônica e os materiais empregados são aspectos que, para o autor, deveriam ser objeto de um tratamento específico. Condenava nas casas as formas reentrantes e salientes - comuns nas casas chamadas na época no

Brasil de “bangalôs” - por criarem uma grande superfície de exposição ao sol; postulava disporem-se na face leste da moradia os cômodos de maior permanência, como as salas; recomendava o uso de material mau condutor de calor nas paredes externas, bem como pé direito alto no último andar da casa. A vegetação no entorno da moradia era recomendada como forma de proteger as paredes externas dos raios solares, porém sua disposição deveria garantir corredores de livre acesso de ar ao interior da residência. No interior da casa, a circulação do ar seria favorecida por uma disposição adequada de portas e janelas, assim como de elementos como bandeiras e óculos. Neste esforço de adaptação da casa ao clima, recomendava que elementos da arquitetura colonial – como os terraços, balcões e cornijas salientes – deveriam ser recuperados pelos arquitetos (SAMPAIO, 1927, 31-43).

Em 1930, o médico pernambucano Aluízio Bezerra Coutinho publicou uma tese - apresentada ao final de curso de graduação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro -, intitulada “O problema da habitação higiênica nos países quentes em face da Arquitetura Viva”. O ajuste da casa ao meio ambiente é a preocupação central do autor. Citando os casos do iglu e da “casa bretã”, mostra como a tradição popular foi capaz de gerar construções “standartizadas” coerentes com o meio. No caso dos países quentes, a criação de uma casa higiênica e confortável depende, sobretudo, segundo Coutinho, do emprego de mecanismos capazes de combater o calor e a umidade (COUTINHO, 1930). Entende que *“os indígenas de vários países de clima quente sabem realizar, com materiais geralmente os mais precários, habitações que constituem abrigos bem superiores, bem mais frescos e agradáveis que as casas do tipo europeu, construídas nos mesmos locais”* (COUTINHO, 1930).

A cabana do sertanejo do Nordeste – com paredes de taipa e cobertura de palha - é descrita e analisada por Aluízio Bezerra Coutinho como um exemplo de moradia adequada ao clima e propícia ao bem estar do morador. Para o autor o conhecimento das qualidades de casas como estas é o ponto de partida para se conceber uma casa adequada, incorporando recursos e tecnologias não acessíveis aos nativos. Assim, o autor discute as propriedades de novos materiais na criação de uma parede isolante. Mostra como o aço e o cimento armado, possibilitando a criação de estruturas independentes, liberam as fachadas, permitindo que as aberturas se solidarizem com as demandas de conforto. Entende, que a casa adequada difere bastante da casa urbana padrão da época e que para obtê-la estudos minuciosos deveriam ser realizados. Tais estudos permitiriam fixar modelos standards, possíveis de serem produzidos em série (COUTINHO, 1930).

O tema da adaptação da casa ao meio voltaria à pauta no Primeiro Congresso de Habitação, realizado em São Paulo em maio de 1931, através da fala do médico pernambucano e ex-Diretor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, José Marianno Filho. Em conferência intitulada “A Arquitetura Mesológica”, José Marianno defende uma arquitetura que seja “expressão do meio”: que se harmonize com hábitos e costumes; que seja adequada aos materiais disponíveis; e que seja capaz de defender seu interior dos rigores do clima. No caso brasileiro, o autor entende que as bases desta arquitetura estariam na praticada nos três primeiros séculos da colonização portuguesa, onde a composição da planta e os problemas construtivos foram tratados de acordo com as “possibilidades geográfico-sociais” locais. Para o autor, tais construtores:

“Observaram sensatamente o meio físico; reconheceram os elementos que precisavam combater; puseram em linha de combate os meios rudimentares de que podiam dispor no momento, para lhes anular os desagradáveis efeitos. À mingua de uma tradição local, fizemos apelo à experiência caldeada ao contato das civilizações orientais. Contra a ação direta do sol, se fizeram paredes espessas de pedra canjicada, tijolo, taipa, ou adobe, de acordo com os recursos regionais. Calcularam os telhados com suave inclinação, para que sobre eles deslizassem as abundantes águas pluviais. Fizeram os longos beirais cobrir de sombra o espelho das paredes; protegeram o corpo da habitação com peças de anteparo à ação do sol, como alpendres, copiares, loggias, ou pórticos. Utilizaram-se por fim da árvore, como a sua mais preciosa aliada. Dispuseram balcões, janelas e miradores rendados em adufa, à moda do Islam. Procederam, assim nos grandes, como nos pequenos detalhes do sistema, como consumados arquitetos” (MARIANNO, 1931, 317).

Este elogio à arquitetura colonial, seria retomado – basicamente nos mesmos termos - em escritos dos anos trinta de Gilberto Freyre e Lucio Costa. Desde então, com suas paredes grossas, pés direitos altos, beirais, alpendres e muxarabis, nossas casas coloniais têm sido sistematicamente celebradas – especialmente por arquitetos – como adequadas em termos climáticos.

Em Gilberto Freyre o elogio às qualidades de nossa arquitetura colonial insere-se numa leitura inovadora do empreendimento colonial português, cuja essência e sucesso são vinculados à noção de plasticidade. Em Casa Grande e Senzala, define o Brasil colonial como a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência, enfatizando o sucesso dos portugueses numa tarefa na qual outros europeus fracassaram. Para Freyre, isto significou superar uma infinidade de condições desfavoráveis ao estabelecimento de europeus em um meio totalmente estranho,

com condições físicas adversas. Segundo o autor, o que permitiu vencer estes enormes obstáculos, foi a “plasticidade” ou “elasticidade” que atribui ao português do século XVI, o qual define como um indivíduo flutuante, de comportamento flexível, dotado de grande mobilidade e adaptabilidade tanto social como física.

Freyre indica como no Brasil defrontaram-se os colonizadores com um mundo desconhecido, estranho, reunindo circunstâncias imprevisíveis e inéditas, absolutamente diversas do seu país: clima quente, regime de águas irregular oscilando entre enchentes e secas; larvas e insetos em profusão; grandes extensões de terras e uma imensa costa a serem ocupadas e defendidas; condições que não permitiam a prática de sua lavoura e culturas tradicionais. A grande qualidade dos portugueses enquanto colonizadores, para Freyre, residiu na capacidade que evidenciaram de adaptação a este meio, amoldando-se às condições climáticas e ambientais locais. Tal capacidade revelou-se em inúmeros aspectos: na mudança de hábitos alimentares e nas vestimentas; na tolerância de uniões irregulares, solidárias com um aumento de nascimentos favorável ao povoamento e controle do território; na intensa miscigenação entre portugueses e nativos; na medicina, pelos aprendizados com os curandeiros indígenas; enfim, em toda uma na absorção seletiva de influências das culturas indígenas e africanas, aliadas a práticas aprendidas com os árabes e no extremo Oriente.

Para Gilberto Freyre nossa arquitetura doméstica colonial foi testemunho de um “... *espírito de harmonia da construção com o clima, o meio e os materiais peculiares a esta parte da América...*” (FREYRE, 1997, 225). Mostra como na habitação, os portugueses usaram em algumas situações a cobertura de palha dos índios, dos quais também absolveram a rede; dos árabes recuperaram o hábito de sentar em tapetes e esteiras, o azulejo e as gelosias; dos asiáticos a parede grossa, o alpendre e a telha recurvada em asas de pombo (FREYRE, 1989).

“A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil - grossas paredes de taipa ou pedra e cal, cobertura de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos num máximo de proteção contra o sol e as chuvas tropicais - não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata” (FREYRE, 1989, liii).

Quando ligado ao movimento neocolonial, na década de 1920, Lucio Costa pesquisou a arquitetura colonial, à qual se referia, em 1929, como robusta, forte, maciça e dotada de linhas calmas e tranqüilas (COSTA, 1962, 14-15).

2. A adaptação da arquitetura ao meio no discurso modernista

Principal ideólogo do Movimento Moderno no Brasil, Lucio Costa lançou as bases do discurso da adaptação da arquitetura ao meio, como uma possibilidade que a arquitetura moderna, mais que qualquer outra, poderia realizar. Em textos teóricos e em projetos buscou evidenciar tal noção. Trata-se de um conceito que provavelmente chegou a Lucio Costa através de Gilberto Freyre e de seu mentor da fase colonial, José Mariano.

As referências elogiosas à nossa arquitetura residencial colonial na obra de Lucio Costa remontam aos anos vinte e têm continuidades após sua conversão ao modernismo em 1930. Em 1931, no artigo “Uma escola viva de Belas-Artes”, tal arquitetura surge como pura, honesta e dotada de uma relação de integridade entre as técnicas construtivas empregadas e a expressão formal. Afirma ter se inspirado na Bahia, no Recife e em Minas, na sua opção por uma arquitetura contemporânea e coerente com nossos materiais, costumes e meios de realização (COSTA, 1987, 47-48). Após 1933, entretanto, estes elogios incorporariam novos argumentos inspirados em Freyre. Em Documentação Necessária - citando diretamente o sociólogo - à pureza e despretensão, é acrescida outra qualidade à nossa arquitetura residencial colonial: ser adaptada ao meio (COSTA, 1962, 86-87). Simultaneamente a palavra “elasticidade” - no sentido empregado por Freyre para “plasticidade” - é incorporada ao discurso de Costa (COSTA, 1936, 29 e 72).

As notórias influências do pensamento de Gilberto Freyre sobre Lucio Costa expressam-se em diferentes aspectos, entre os quais a abordagem do arquiteto sobre a relação entre modernidade e tradição na arquitetura brasileira. Os vínculos intelectuais entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre evidenciam-se várias vezes nas obras de ambos. No prefácio da primeira edição de Casa Grande e Senzala, de 1933, Freyre cita trecho do artigo de Costa “O Aleijadinho e a arquitetura tradicional”, de 1929, onde este descreve suas impressões dos casarões antigos de Sabará, Ouro Preto e Mariana em termos de um reencontro consigo mesmo. Freyre recorre a esta citação ao sugerir a história da casa como um ponto de partida importante para se entender a história de um povo, de sua vida doméstica, religiosa, social, etc. Lúcio Costa por sua vez, cita Freyre no artigo “Documentação necessária”, de 1937, ao apontar entre as qualidades de nossa arquitetura residencial colonial, sua adaptação ao meio (COSTA, 1962, 87). A leitura de nossa arquitetura colonial enquanto

resultado do meio ocorreria depois em obras de autores como Mindlin, Saia e Lemos, por exemplo, entretanto, sem a ênfase na noção de adaptabilidade colocada por Costa.

Embora sem fazer qualquer referência direta a Gilberto Freyre, o anteprojeto de Monlevade - concebido pouco depois da publicação de Casa Grande e Senzala - é talvez o momento da obra de Lúcio Costa onde se revela com mais força o impacto deste livro. Sua idéia de *“delineamento elástico”* aproxima-se da noção de “plasticidade”, central no pensamento de Freyre. A mistura de técnicas construtivas artesanais e modernas é outra expressão desta busca de estabelecer elos entre o novo e o tradicional, entre o local e o internacional, central nas qualidades atribuídas por Freyre ao conceito de “plasticidade”.

No anteprojeto de Monlevade - concebido por Lúcio Costa para concurso promovido em 1934 pela siderúrgica Belgo-Mineira - três requisitos básicos foram indicados como norteadores do plano: reduzir ao mínimo os movimentos de terra, prejudicar o menos possível a beleza natural do lugar e evitar *“delineamentos rígidos ou pouco maleáveis, procurando, pelo contrário, aquele delineamento que se apresentasse como mais elástico, tornando assim fácil a sua adaptação conveniente às particularidades topográficas locais”* (COSTA, 1936, 115).

No plano, o “delineamento elástico” postulado por Costa se expressou em um projeto pouco detalhado, onde um largo central concentrava os equipamentos coletivos, enquanto as casas, dispostas duas a duas, ocupavam encostas em ruas irregulares, dotadas, conforme o autor da *“feição despretençiosa peculiar às estradas”* (COSTA, 1936, 117). No projeto das moradias tal delineamento se expressou no uso de pilotis que permitia pousar a casa sobre um solo em declive sem maiores obras de terraplanagem. Coerente com seu intuito de conciliar técnicas novas e tradicionais, este também tributário da noção de plasticidade de Freyre, Lúcio Costa propõe reunir nas casas concreto armado e taipa; telhas de fibrocimento e forros de taquara. Sobre a laje apoiada nos pilotis, o arquiteto propõe paredes de taipa, adequadas pela leveza e economia e por, isoladas do solo, estarem livres de seu maior inconveniente, a umidade. Na escola e nas casas sugere o uso de forros de taquara, material artesanal e local, sob telhas “Eternit” - na época importadas da Bélgica - justificadas pela leveza, durabilidade e qualidades térmicas.

A noção de adaptabilidade ao meio inspiraria outros projetos modernistas desde então. Foi recuperada, em meados da década de 1950, pelos arquitetos Jacques Pilon e Giancarlo Gasperini no projeto de uma indústria e de seu núcleo residencial elaborado para a fábrica Mecânica Pesada, no município de Taubaté. O projeto inclui casas para operários, técnicos,

engenheiros e diretor, área para esportes, centro social e comercial, casa de hóspedes, igreja, escola, clube, residência do diretor, refeitório e ambulatório. (Habitat, 1956, 6). As moradias e áreas verdes foram dispostas em torno da área de produção. Quatro tipos de moradias - todas térreas - foram projetados: uma casa para o diretor; 16 casas geminadas duas a duas para engenheiros; 32 casas dispostas em blocos de quatro para técnicos e 276 moradias dispostas em blocos de oito para operárias.

As moradias dos operários - separadas das demais habitações por uma área ocupada por igreja, escola e centro comercial e social - são dispostas em blocos de oito e têm jardim, quintal, varanda, sala, dois quartos, cozinha, sanitário e lavanderia. Em 1937, uma matéria na revista Habitat enfatiza a “elasticidade” e “adaptabilidade” que teriam norteado o projeto destas moradias:

“A planta (...) possui uma elasticidade, longamente estudada a partir da célula-tipo, a qual poderá restringir-se a um só dormitório, ou desdobrar-se em habitações de três dormitórios, tudo dependendo das solicitações, das necessidades familiares que se fossem deparando. Esse aspecto de elasticidade da célula-tipo constitui um dos objetivos da organização adotada. Sua adaptabilidade fica demonstrada de uma forma inteiramente nova em conjuntos semelhantes, indo ao encontro das demandas diversas de habitação, numa constante possibilidade de atendimento às diferentes situações familiares do pessoal operário” (Habitat, 1956, 7).

Na realidade, esta elasticidade é bastante limitada: construído o bloco de oito casas, a criação de um terceiro quarto só seria possível nas duas casas situadas nas extremidades.

3. O sentido estratégico do conceito de adaptabilidade nas décadas de 1920 e 1930

O clima cultural e político do Brasil nas três primeiras décadas do século XX, com seu forte componente nacionalista não poderia deixar de atingir o debate arquitetônico do período. O nacionalismo, os interesses acerca do processo de constituição da nação e as investigações sobre sua identidade, foram questões centrais no ambiente cultural das quatro primeiras décadas do século XX. Tal clima foi gestado lentamente nas lutas pela Independência e nos sentimentos anti-lusitanos dos dois séculos anteriores. Foi reforçado pelas preocupações acerca da identidade da jovem nação, dotadas de grandes particularidades no cenário mundial: forte herança lusitana, africana e indígena e intensa miscigenação, sob um clima tropical e em um país de grandes dimensões territoriais.

Em 1888, o escritor e crítico literário cearense Araripe Junior, conciliando uma cultura filosófica determinista, na qual o conceito de meio era central, com um forte sentimento popular-nacionalista, investigava as características do naturalismo brasileiro em termos da emergência de um estilo tropical. Sugeriria a existência de um fenômeno que chama de “obnubilação”, que provocaria adaptações e transformações nos indivíduos diante do contato com a paisagem, o clima e os modos de vida tropicais:

“... a reação do meio físico, a influência catalínica da terra, as depressões e modificações do clima tropical, a solidariedade imposta pelas condições da vida crioula com a flora, com a fauna, com a meteorologia da nova região, são outras tantas influências que estão a invadir sorrateiramente estrangeiros e brasileiros...” (ARARIPE JÚNIOR, 1978, 124).

Para o autor, os efeitos deste meio sobre o homem e sua produção literária são profundos:

“Há horas do dia em que o brasileiro, ou o habitante de cidades como o Rio de Janeiro, é um homem envenenado pelo ambiente. A falta de tensão do oxigênio tortura-o desmesuradamente; sua respiração ofega, e a imaginação delira numa deliciosa insensatez equatorial” (ARARIPE JÚNIOR, 1978, 125-126).

“O tropical não pode ser correto. A correção é fruto da paciência e dos países frios; nos países quentes, a atenção é intermitente” (ARARIPE JÚNIOR, 1978, 126).

Tais circunstâncias, para Araripe Júnior, aliadas ao *“pensamento de autonomia que ferve em todas as cabeças”* (ARARIPE JÚNIOR, 1978, 128), seriam promissoras. Permitiriam que numa sociedade que nasce, cresce e se aparelha – em oposição a uma suposta decadência, cansaço e exaustão que identifica na Europa – se desenvolvesse um estilo literário salutar e frutificante. Para o autor, este estilo tropical – que teria sua maior expressão em Aluisio Azevedo, em cujas páginas encontram-se audácias e *“todo o luxuriante tropicalismo”* (ARARIPE JÚNIOR, 1978, 126) - seria resultado de uma junção da “obnubilação” com influências de Zola.

Esta tendência de valorização do nacional – em contraponto inclusive ao europeu – teve prosseguimento no século XX, reforçada pelo contexto da Primeira Guerra. Conforme salienta Nicolau Sevchenko, na Europa desencadeou-se no primeiro pós-guerra um movimento de valorização da natureza e de culturas primitivas, associado ao questionamento dos valores de uma civilização que tinha conduzido aos horrores da Guerra.

No Brasil, este sentimento reforçou atitudes nativistas, o interesse pelas nossas raízes e a valorização da cultura popular (SEVCENKO, 1992). Neste contexto, a arquitetura colonial converte-se em objeto de grande interesse: pesquisas são empreendidas para melhor conhecê-la; enquanto suas qualidades são celebradas e tornam-se fonte de inspiração para a arquitetura da época.

Na arquitetura a busca de raízes nacionais converteu-se no século XIX em uma preocupação em vários países do Ocidente. Em países europeus associou-se à difusão do neogótico e ao revival da arquitetura doméstica do passado. Em países americanos associou-se à difusão do neocolonial. A partir da década de 1910 sobretudo, em vários países do continente – como Estados Unidos, Argentina, México e Peru - se desenvolve uma arquitetura que revaloriza o colonial, em contraposição a influência européia neoclássica e eclética.

No Brasil, o neocolonial começa a se difundir durante a Primeira Guerra Mundial, no âmbito de um movimento nacionalista que procurava expurgar nossa arquitetura das influências externas e buscar expressões genuinamente nacionais. Empenha-se na busca por uma expressão arquitetônica da identidade brasileira, lançando mão de várias estratégias nesse sentido. Empreende-se uma campanha intelectual através de artigos e conferências de intelectuais como o médico José Mariano, o arquiteto e engenheiro português Ricardo Severo e o professor da ENBA Araújo Vianna, onde se enfatiza as qualidades de nossa arquitetura colonial e se lamenta sua descaracterização. Em 1914, Ricardo Severo investia contra as inovações arquitetônicas do século XIX, que qualificava de idade da moda e dos pastiches. Um grande esforço de caráter documental visando criar parâmetros para o estilo neocolonial foi realizado. Neste esforço, situa-se a iniciativa de José Mariano de patrocinar em 1924 viagens de pesquisa a Nereu de Sampaio, Nestor de Figueiredo e Lucio Costa para cidades históricas de Minas Gerais com a finalidade de fazerem registros de elementos da arquitetura colonial. No seu empenho de estimular a consolidação de uma arquitetura brasileira inspirada na tradicional, influenciando o poder público e atraindo arquitetos, José Mariano promove na década de 1920 concursos de projetos. Nestes concursos de casas, mobiliário e elementos arquitetônicos interessa a tradução de formas e motivos do passado colonial para as necessidades contemporâneas.

O movimento neocolonial teve muita força no país, sobretudo, na década de 1920: atraiu profissionais talentosos como Ângelo Bruhns, Lucio Costa e Victor Dubrugas; contou com a simpatia de intelectuais influentes como José Mariano e Monteiro Lobato; teve o apoio de

administradores públicos importantes como o prefeito e depois governador de São Paulo Washington Luis e o prefeito do Rio de Janeiro Carlos Sampaio. Também esteve presente em dois dos mais importantes eventos culturais do país na década: a Exposição do Centenário da Independência de 1922 no Rio de Janeiro – em seis das 14 edificações oficiais do Governo Brasileiro e no pavilhão de Portugal e na sua versão hispânica nos pavilhões do México e dos EUA - e a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo – onde a seção de arquitetura apresentou o projeto de Georg Przyrembel de uma residência de veraneio com projeto de inspiração neocolonial.

Lucio Costa foi um dos principais expoentes do neocolonial no Brasil: foi contemplado com viagem de pesquisa para Minas Gerais; foi vencedor de concurso promovido por José Mariano e do concurso público para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Filadélfia; e projetou casas neocoloniais até 1930.

Ao romper com o neocolonial, avaliava que o estilo teria sido positivo por despertar o interesse no passado, porém, prejudicial por se restringir ao aproveitamento ornamental da arquitetura colonial. Assim, situa o neocolonial no âmbito do ecletismo.

Como não é raro ocorrer no campo da arquitetura, a nova opção projetual não se divorcia do discurso acatado. Ao contrário, Lucio Costa recupera muito do discurso justificativo do neocolonial, como base justificativa para a arquitetura moderna brasileira. Desloca da neocolonial para a arquitetura moderna, a herança da boa tradição colonial. Argumenta que, ao voltar-se contra o ecletismo – onde incluía o neocolonial – esta retomava a funcionalidade que vinha da colônia e que havia sido interrompida no século XIX.

4. Impactos do conceito de adaptabilidade na produção de arquitetura moderna no Brasil

A noção de adaptabilidade da arquitetura ao meio no Brasil foi uma estratégia discursiva importante na disputa com os adeptos do neocolonial. A força da tese do resgate da tradição colonial e provavelmente também uma crença genuína nesta tese impossibilitaram descartá-la em nome de uma arquitetura que se pretendia colocar-se acima de contingências locais, para refletir as demandas do mundo contemporâneo industrial e taylorizado.

Neste contexto, enquanto alguns arquitetos simpatizantes do “estilo internacional” – como Rino Levi e Warchavichik nos seus artigos publicados em 1925 - adotam um discurso justificativo baseado nas idéias de praticidade, economia e comodidade, Lucio Costa procura enfocar a arquitetura moderna

sob um viés particular, situando-a como expressão de adaptação ao meio. Tal discurso não só haveria de se tornar hegemônico, como provavelmente teve influências na própria produção de arquitetura. Seja como preocupação genuína ou como forma de legitimar a ação projetual, julgamos que esta noção teve impactos profundos na prática de alguns dos mais reconhecidos arquitetos modernistas nacionais. Ao longo do século XX, o discurso da adaptação ao meio nunca perdeu sua força como norteador e legitimador de opções projetuais.

Deve-se ressaltar que esforços para produzir uma arquitetura moderna adequada às condições climáticas locais, nem sempre estiveram articulados a esta estratégia discursiva. Há casos nos quais se anteciparam à difusão dos textos de Lucio Costa sobre o tema. Na segunda metade da década de 1930, por exemplo, os projetos de prédios institucionais do arquiteto Luiz Nunes em Pernambuco, fizeram amplo uso do combogó, compondo com o elemento extensas superfícies que funcionavam como brise-soleils e garantiam permanente ventilação dos interiores.

Paulatinamente, entretanto, o argumento da adaptabilidade da arquitetura ao meio foi recebendo ênfase no debate modernista. Entre nós, mais que a beleza das formas e o diálogo com a paisagem, a arquitetura se legitimou pela busca de soluções originais de expressão das condições locais, sejam elas climáticas ou sócio-econômicas.

No Brasil, na segunda metade do século XX, dois caminhos básicos marcaram as posições da grande maioria dos arquitetos consagrados. Um destes caminhos – o mais usual – seguia na busca de soluções inovadoras de adequação ao clima, como foi o caso da obra de Oswaldo Bratke no Amapá, de Armando Holanda em Pernambuco e de Severiano Porto no Amazonas, por exemplo.

Um exemplo emblemático na busca de soluções inovadoras de adequação ao clima foi os projetos de Serra do Navio e Vila Amazonas, realizados a partir de 1955 pelo escritório do arquiteto Oswaldo Bratke. Vários autores - como Flávio e Marta Farah, José Fleury de Oliveira, Benjamim Ribeiro e Hugo Segawa - ao analisarem os planos urbanísticos e os projetos arquitetônicos destes dois assentamentos para trabalhadores da Icomi, têm enfatizado as soluções empregadas visando obter resultados satisfatórios em termos de conforto ambiental. As construções foram projetadas com paredes em blocos de concreto, telhas de fibrocimento e foros de madeira. Madeiras da região foram utilizadas em pisos, esquadrias e estruturas. A busca de adequação ao clima quente e úmido da região, determinou uma série

de soluções projetuais. Nas casas revelam-se nos amplos beirais (com até 1,5 metro de largura), nas venezianas móveis ou fixas de madeira, nos elementos vazados, nos terraços e nas paredes internas descoladas do teto. Para se avaliar a importância conferida aos beirais, em alguns modelos de casas, a área por eles ocupada corresponde a perto de metade da área construída. Caixilhos de vidro foram abolidos. Para proteger os usuários dos rigores do clima, galerias cobertas interligam os blocos dos prédios de uso coletivo.

Um segundo caminho - mais raro, mas igualmente valorizado – investe no uso inovador de técnicas tradicionais - como fez Lucio Costa em Monlevade e a equipe chefiada por Acácio Gil Borsoi em Cajueiro Seco – ou de meios técnicos disponíveis, como foi o caso da obra de Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre.

Um exemplo de uso de forma inovadora de técnicas tradicionais foi a experiência conduzida pela equipe chefiada por Acácio Gil Borsoi em Cajueiro Seco, no início da década de 1960, em Pernambuco. A partir de uma crítica à ação do Estado no campo da moradia popular através do Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM), no início do Governo Arraes foi decidido um re-direcionamento desta ação no que se chamou de Serviço Social do Mocambo. Ao invés de persistir na prática de substituir mocambos por casas de alvenaria, cujos limites diante do número crescente de mocambos eram evidentes, optou-se pelo estímulo à auto-construção em loteamentos urbanizados e dotados de equipamentos sociais. Cajueiro Seco foi uma experiência de aplicação desta política, cuja continuidade foi interrompida pela deposição de Arraes em 1964. Nesta experiência, uma população que havia invadido área tombada pelo Patrimônio Histórico foi deslocada para terreno próximo adquirido pelo Estado. O plano de urbanização da área definiu superquadras e quadras, somando 763 lotes de 8m X 16m e local para comércio, equipamentos coletivos e unidades de produção. A equipe do Departamento de Construções do SSCM elaborou o plano urbanístico, os projetos dos prédios de uso coletivo e normas e protótipos das casas a serem auto-construídas, entre os quais um que usava estrutura pré-fabricada e taipa. A experiência de Cajueiro Seco converteu-se em um marco na ação pública no campo da moradia popular, ao abandonar os métodos tradicionais, ao se propor a tratar simultaneamente a questão da moradia e da geração de renda e ao buscar conciliar na concepção e execução das casas o saber especializado e o popular, a técnica tradicional da taipa e a inovação da estrutura pré-fabricada.

Na obra dos arquitetos do grupo chamado Arquitetura Nova - Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre - a adaptabilidade às condições locais foi conduzida pela busca de soluções que denunciem, exibam e contornem deficiências técnicas, dificuldades econômicas e

contradições sociais vinculadas à construção habitacional. Trata-se de uma arquitetura baseada numa poética da economia, que assume a “precariedade” dos materiais simples, das técnicas baratas e populares e da mão-de-obra pouco qualificada (FIORI, 2002, 68-71). Na ausência de uma produção industrial em larga escala de componentes da construção, projetos de casas burguesas funcionam como laboratórios, onde técnicas tradicionais foram aperfeiçoadas em soluções econômicas e inovadoras. O desprezo por acabamentos requintados é solidário com a busca de economia, com a intenção de reduzir a construção ao essencial e com o empenho em assumir a “precariedade”. Neste caso, a intenção de adaptação dá-se conciliando o projeto arquitetônico com técnicas populares re-elaboradas e destituídas de acabamentos julgados dispensáveis, resultando numa arquitetura sóbria e que procura refletir a industrialização tardia e as carências materiais do país.

As fórmulas da mistura de materiais novos e tradicionais - como a taipa e o concreto armado em Monlevade - ou do emprego de uma solução original para contornar uma dificuldade técnica, decorrente do estágio de desenvolvimento de nossa indústria, têm revelado grande poder de sedução. Parecem trazer para o campo da arquitetura a arte do improvisado e o dom da criatividade, que alguns vêm como parte da identidade nacional e que tantas vezes são celebrados no nosso futebol. Enfim, parecem evidenciar a existência do famoso “jeito brasileiro”, um modo de superar adversidades técnicas, sociais e ambientais, de driblar empecilhos. Um “jeito” que nos colocaria como herdeiros legítimos dos portugueses plásticos que Freyre identificava no início da colonização.

É inegável o apelo que uma solução técnica original exerce sobre nós, quando é capaz de aparecer como expressão genuína de condições locais e de uma forma peculiar de driblar contingências desfavoráveis ambientais ou sócio-econômicas. Entre nós, no campo da arquitetura, este apelo parece ter sido sempre superior àquele puramente estético, decorrente da beleza das formas ou do diálogo peculiar delas com a paisagem. A obra de Oscar Niemeyer – com sua ênfase plástica e suas soluções técnicas não experimentais e pouco econômicas – foge a esta atitude e ao modelo de sucesso por ela consagrado. E isto talvez ajude a explicar um certo incômodo que provoca. Especialmente porque esta obra foi durante a segunda metade do século XX a “cara” da arquitetura brasileira no exterior e no imaginário de grande parte da população nacional.

Bibliografia

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova*: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões. São Paulo: Ed. 34, 2002.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária (seleção e apresentação de Alfredo Bosi). Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

BRATKE, Oswaldo Arthur. Núcleos Habitacionais no Amapá. Acrópole, N 326, p. 1-22, Março de 1966.

Cajueiro Seco, uma experiência em construção. Arquitetura, N 16, p. 8-13, outubro de 1963.

CORREIA, Telma de Barros. O modernismo e o núcleo fabril: o anteprojeto de Lúcio Costa para Monlevade. Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. CD-ROM. Natal, UFRN, outubro de 2000.

COSTA, Lúcio. Ante-projeto para a Villa de Monlevade. Memorial Descritivo. Revista da Directoria de Engenharia, Rio de Janeiro, N 3, V3, maio de 1936.

COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. In: Documentação Necessária. 1 volume. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

COSTA, Lúcio. O Aleijadinho e a arquitetura tradicional. In: Documentação Necessária. 1 volume. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

COSTA, Lúcio. Razões da Nova Arquitetura. In: Documentação Necessária. 1 volume. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

COSTA, Lúcio. Uma escola viva de Belas-Artes. In: Arquitetura Moderna Brasileira: depoimento de uma geração. São Paulo: Pini; Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura; Fundação Vilanova Artigas, 1987.

COSTA, Lúcio. Universidade do Brasil. In: Documentação Necessária. 1 volume. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

COUTINHO, Aluizio Bezerra Coutinho. O problema da habitação higiênica nos países quentes em face da Arquitetura Viva. Rio de Janeiro: Oficinas Alba Graphics, 1930.

FARAH, Flavio & FARAH, Marta Ferreira Santos. Vilas de mineração e de barragens no Brasil: retrato de uma época. São Paulo: ITP, 1993.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 26 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FREYRE, Gilberto. Casas de residência no Brasil. Revista do Patrimônio, Rio de Janeiro, N 26, 1997.

KOURY, Ana Paula. Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2003.

MARIANNO FILHO, José. A Architectura Mesológica. In: Anais do Primeiro Congresso de Habitação. São Paulo, 1931. p. 311-322.

Mecânica Pesada S.A, Taubaté, (S.Paulo). Habitat, N 36, sexto ano, p. 2-1, novembro de 1956.

MINDLIN, Henrique E. Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed. 1999.

MOTTA, Flávio. Subsídios para o relatório sobre Ensino de Arquitetura UIA-UNESCO. In: Sobre o Ensino de Arquitetura no Brasil. São Paulo: Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1978.

OLIVEIRA, J. L. Fleury de. Amazônia: proposta para uma ecoarquitetura. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1989. Tese de Doutorado.

Política Social do Mocambo. Arquitetura, N 13, p. 22-24, julho de 1963.

RIBEIRO, Benjamin Adiron. Vila Serra do Navio: Comunidade Urbana na Selva Amazônica: um projeto do arquiteto Oswaldo Arthur Bratke. São Paulo: Pini, 1992.

SAMPAIO, Alde, A Casa Tropical. Boletim do Club de Engenharia de Pernambuco. Recife, Ano V, n 2 V III, p. 31-43, dezembro de 1927.

SEGAWA, Hugo & WISSENBACH, Vicente. Oswaldo Arthur Bratke. São Paulo: ProEditores, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.